

As representações dos símbolos pátrios nas escolas do Rio Grande Do Sul na Primeira República

Alessandro Carvalho BICA¹
Maria Augusta Martiarena de OLIVEIRA²

Resumo

Este artigo tem como proposta discutir às diretrizes educacionais pensadas pelos positivistas para a educação na Primeira República no estado do Rio Grande do Sul, nesta lógica, é compreensível que a escola sempre teve um papel fundamental na formação da nação brasileira, os positivistas gaúchos imprimiram aos seus discursos, práticas e preceitos republicanos consonantes ao seu tempo histórico. Na composição deste trabalho foram utilizados documentos-fontes como Relatórios Intendenciais, fotografias e notícias de jornais, os quais circulavam nas localidades de Pelotas e Bagé nas primeiras décadas do século XX. Estes são analisados pelo prisma da História Cultural, notadamente no que se refere às interlocuções entre História e Teoria Social, pautando-se em Burke (2002), levou-se em consideração, também, os estudos sobre arquitetura e espaços escolares de Frago (2001), Escolano (2000), assim como de Bencostta (2009) e Vidal (2006). Compreende-se que os símbolos patrióticos foram amplamente utilizados no espaço educacional, estes corroboraram para o fortalecimento do regime republicano. Para tanto, tais símbolos estiveram presentes como elementos do espaço escolar, das práticas educativas, das ações curricularizadas, das proposições disciplinares, mas também nos trabalhos manuais e/ou em comemorações cívicas, condutas que foram amplamente realizadas no período da Primeira República nos municípios do estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-Chaves: Escola, História da Educação, Diretrizes Educacionais, Ícones Pátrios

1 É Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2014). Professor da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) na área de Educação; Docente. Líder do PHERA - Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos da Unipampa, Campus Bagé e Coordenador do Projeto de Pesquisa-Extensão: "Repositório Digital TATU" (<http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu>).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2532-5007> E-mail: alessandro.bica@unipampa.edu.br

2 Doutora (2012) em Educação - linha de pesquisa Filosofia e História da Educação pela Universidade Federal de Pelotas e Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e pós-doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense - UFF. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1118-3573> E-mail: augusta.martiarena@osorio.ifrs.edu.br

The representations of the country symbols in the schools of Rio Grande Do Sul in the First Republic

*Alessandro Carvalho BICA
Maria Augusta Martiarena de OLIVEIRA*

Abstract

This article aims to discuss the educational guidelines thought by positivists for education in the First Republic in the state of Rio Grande do Sul, in this logic, it is understandable that the school has always had a fundamental role in the formation of the Brazilian nation, the gaucho positivists imposed on their speeches, practices and republican precepts in line with their historical time. In the composition of this work, documents such as Intendential Reports, photographs and news from newspapers, which circulated in the localities of Pelotas and Bagé in the first decades of the 20th century, were used. These are analyzed through the prism of Cultural History, notably regarding the interlocutions between History and Social Theory, based on Burke (2002), the studies on architecture and school spaces by Frago (2001), Escolano (2000), as well as Bencostta (2009) and Vidal (2006) were also taken into account. It is understood that patriotic symbols were widely used in the educational space, they corroborated for the strengthening of the republican regime. Therefore, such symbols were present as elements of the school space, educational practices, curricular actions, disciplinary propositions, but also in manual work and/or in civic celebrations, behaviors that were widely carried out in the period of the Old Republic in the municipalities of state of Rio Grande do Sul.

Keywords: School, History of Education, Educational Guidelines, Patriotic Icons.

Las representaciones de los símbolos del país en las escuelas de Rio Grande do Sul en la Primera República

*Alessandro Carvalho BICA
Maria Augusta Martiarena de OLIVEIRA*

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir las directrices educativas pensadas por los positivistas para la educación en la Primera República en la provincia de Rio Grande do Sul. En esta lógica, se comprende que la escuela siempre tuvo un papel fundamental en la formación de la nación brasileña, los gauchos positivistas imprimieron en sus discursos y prácticas preceptos republicanos acordes a su época histórica. En la composición de este trabajo se utilizaron documentos fuente como Informes de Intendencia, fotografías y noticias de diarios, que circularon en las localidades de Pelotas y Bagé en las primeras décadas del siglo XX. Estos se analizan a través del prisma de la Historia Cultural, en particular en lo que se refiere a las interlocuciones entre Historia y Teoría Social, con base en Burke (2002), también se tuvieron en cuenta los estudios sobre arquitectura y espacios escolares de Frago (2001), Escolano (2000), así como de Bencostta (2009) y Vidal (2006). Se entiende que los símbolos patrios fueron ampliamente utilizados en el espacio educativo, estos corroborados para el fortalecimiento del régimen republicano. Por lo tanto, dichos símbolos estuvieron presentes como elementos del espacio escolar, prácticas educativas, acciones curriculares, propuestas disciplinarias, pero también en el trabajo manual y/o en las celebraciones cívicas, comportamientos que fueron ampliamente realizados en el período de la Antigua República en los municipios del estado de Rio Grande do Sul.

Palabras clave: Escuela. Historia de la Educación. Lineamientos Educativos. Íconos patrios.

Introdução

A educação é fruto de um contexto histórico maior, que engloba as esferas econômicas, política, social e cultural. Logo, para que as transformações educacionais realmente se concretizassem foi necessário um conjunto de mudanças iniciadas ainda no decorrer do século XIX.

Ao realizar uma periodização da história da escola pública brasileira, Saviani (2004) define como marco inicial do que considera o “longo século XX” o ano de 1890. Para justificar tal escolha, o autor menciona vários fatores: economicamente, os cafeicultores estabeleceram-se como principal grupo; politicamente, a Monarquia encontrou o seu fim e instaurou-se a República; socialmente, grupos sociais que vieram a pressionar a classe agroexportadora já haviam surgido, como a classe média, os trabalhadores assalariados urbanos, a imigração estava estabelecida e havia ocorrido a abolição; culturalmente, o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo, o romantismo encontravam-se na cena acadêmica.

Nesse turbulento contexto histórico, a escola ganhou um papel primordial na formação dos cidadãos da república nascente. Seja com o intuito de republicanizar, disciplinar e afirmar o regime ou com o objetivo de reduzir o analfabetismo que ainda atingia níveis altíssimos, a escola constituiu-se como uma das principais ferramentas governistas, especialmente na figura do grupo escolar, ou seja, com classes seriadas, cujo prédio era construído tendo em conta interesses curriculares e pedagógicos.

Tal instituição acabou por tornar-se um templo de saber que não civilizava apenas os seus estudantes, mas os habitantes da cidade. Isso ocorria porque seu prédio era, na maior parte das vezes, um diferencial em relação ao seu entorno. Este artigo objetiva discutir questões vinculadas às diretrizes educacionais previstas para a educação e as escolas presentes no período da Primeira República (1889-1930) no estado do Rio Grande do Sul.

Interfaces da Educação brasileira e gaúcha

O estado do Rio Grande do Sul viveu uma experiência singular em termos político-administrativos com a ascensão ao poder do Partido Republicano Rio-Grandense, sob o comando e a tutela de Júlio de Castilhos, estabeleceu-se uma filosofia particular aliada a uma prática política

ditatorial, sendo assim, a Primeira República no Rio Grande do Sul foi marcada pela hegemonia política do Partido Republicano Rio-Grandense, que se manteve no poder tanto na esfera estadual, como no controle dos municípios de Bagé e Pelotas, a atuação foi assinalada pela influência ideológica do Positivismo, o qual, de acordo com Tambara (1995) apresentou certas especificidades, decorrentes da aproximação das ideias de Auguste Comte com a leitura ideológica realizada por Júlio de Castilhos, este conjugamento ideológico, ficou conhecido como Castilhismo³.

Portanto, neste processo desencadeado entre o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, os republicanos programaram um projeto modernizador de ordem capitalista e centrado em um modelo autoritário de poder, nesta perspectiva, os líderes republicanos na condução administrativa do estado conferiram a escola e ao ensino público, o caminho principal para o êxito do projeto político republicano de educação, isto é, a formação da “*consciência nacional*” e o estabelecimento do estatuto da cidadania. (CORSETTI, 2008.)

Neste esforço pela estruturação do ensino público como meio de intervenção social, os governos republicanos estaduais trataram de pensar e qualificar políticas públicas educacionais para modernizar e renovar a educação estadual. Sobre esta concepção republicana de educação, Corsetti (1998, p. 154), faz a seguinte consideração:

Em termos educacionais, o governo de orientação positivista moveu-se em função de interesses específicos, que previam a utilização da educação como instrumento de modernização. Nesse sentido a ação governamental, além de jogar com a sua política educacional para ampliar o nível de formação dos gaúchos pela diminuição do analfabetismo, entre outros elementos, demonstrou sua compreensão de que a moral e a educação se constituíram nos principais elementos de garantia da ordem social, amenizadores de conflitos e promotores da acomodação dos indivíduos à sociedade. A escola foi, assim, um dos mecanismos de construção da hegemonia burguesa. Parta tanto, a política educacional do Rio Grande do Sul, na Primeira República, conjugou iniciativas governamentais com, sobretudo, o apoio à iniciativa privada. Insistimos, no entanto, que as ações no campo educacional integraram um conjunto mais abrangente de medidas que, na sua totalidade, configuraram o projeto político dos republicanos positivistas para o Rio Grande do Sul.

A organização do sistema educacional rio-grandense no período da Primeira República constitui-se no aparato necessário para a construção do projeto político educacional republicano.

3 Sobre este assunto, consultar: Rodríguez, Ricardo Vélez. *Castilhismo: Uma Filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. (Coleção 500 anos) e Rodríguez, Ricardo Vélez. *O castilhismo e as outras ideologias*: In: Golin, Tau; Boeira, Nelson (Org). História do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 3, Tomo I.

Neste sentido, faz necessário compreender que neste período, o governo gaúcho, manteve primordialmente o controle sobre o ensino primário⁴, sendo que a escola secundária esteve quase sempre tutelada pela iniciativa privada. Portanto, estas iniciativas governamentais provocaram alterações à ordem cotidiana das cidades no que tange às questões educacionais.

Desta forma, podemos **aferrir** que a educação pública adquiria uma importância vital, pois seria o único meio natural para aflorar as aptidões individuais e desenvolvê-las de forma conveniente. Ao pensar a trajetória das ideias pedagógicas na **Primeira** República, pode-se caracterizar tal período pela expansão da escolarização como grande instrumento para a construção da participação política. Sobre este período Saviani (2008, p.177) traz o seguinte comentário:

Em suma, as primeiras décadas do século XX caracterizavam-se pelo debate de ideias liberais sobre cuja base se advogou a extensão universal, por meio do Estado, do processo de escolarização, considerado o grande instrumento de participação política. É, pois, a ideia central da vertente leiga da concepção tradicional, isto é, a transformação, pela escola, dos indivíduos ignorantes em cidadãos esclarecidos, que esteve na base do movimento denominado por Nagle (1974) de “entusiasmo pela educação”, o qual atingiu seu ponto culminante na efervescente década de 1920.

Portanto no processo de reconstrução da história das políticas públicas educacionais pensadas e/ou realizadas pelos intendentess municipais nas duas primeiras décadas do século XX, subsidiamos nossas análises com base nos Relatórios Intendenciais, Relatórios de Orçamento e notícias veiculadas pelos periódicos editados nas cidades pesquisadas.

Neste sentido, entendemos que os Relatórios⁵ Intendenciais e Orçamentais são fontes de pesquisa, e, eram produzidos geralmente no mês de setembro, possuíam como objetivo apresentar o

4 Em relação à organização do sistema educacional no estado do Rio Grande do Sul, se faz necessário mencionar os artigos presentes na **Constituição Estadual de 1891**, que tratam especificamente sobre a questão do ensino no estado. Em relação às atribuições do Presidente do estado sobre a educação, encontra-se o **artigo 25º - Providenciar sobre o ensino público primário, gratuito e livre, ministrado pelo estado**; e, em relação às garantias encontradas pelos habitantes do estado em relação ao ensino, encontra-se o **Art. 71 - § 10 - Será leigo, livre e gratuito o ensino primário ministrado nos estabelecimentos do estado**. (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Constituições sul-rio-grandenses (1843-1947)*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1963. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=frKwldvbn2g%3D&tabid=3456&language=pt-BR>.

Acesso em 02/06/2021). Sobre a função da escola para os republicanos rio-grandenses, Carboni e Maestri (2000), afirmam que ela possuía duas funções: **ser alavanca para desenvolvimento e aparato privado da hegemonia**. CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário (org.) *Raízes italianas no Rio Grande do Sul (1875-1987)*. Passo Fundo: UPF, 2000.

5 A feitura, a apresentação e a leitura dos Relatórios Intendenciais realizada pelos Intendentes municipais aos Conselheiros do município, ocorria geralmente entre os meses de setembro ou outubro, e fazia parte de todo um aparato simbólico e ideológico pensado pelos republicanos, que buscava representar à lisura, a honestidade, a integridade e a boa-fé dos administradores sobre as questões do gerenciamento da coisa pública. Esta concepção foi uma prática

mapeamento das ações e programas realizados pelo Intendente Municipal, referentes a todos os campos da administração pública. Na feitura destes relatórios, cada assunto da administração pública possuía um espaço específico para o relato das atividades anuais do Intendente e seus secretários.

Os esforços estaduais empreendidos pelo governo no processo de expansão do ensino desde a instauração da República no estado do Rio Grande do Sul, também foram acompanhados pelos intendentess republicanos nas principais cidades do estado, as ações empreendidas pela municipalidade e amparadas pelo discurso modernizador do governo estadual, tinham como pressuposto tornar a escola pública instrumento primordial na configuração da política do estado gaúcho, que tinha como objetivo, a modernização, a garantia da estabilidade e o controle social.

É importante perceber que apesar dos discursos da municipalidade em aferir a escola o papel de espaço norteador da direção intelectual e moral dos indivíduos, capaz de constituir uma sociedade onde a anarquia fosse suplantada pela ordem e pela prosperidade, desenvolvendo o senso do dever, de obediência e de modernidade da República, as dificuldades encontradas na primeira década do século XX provocariam mudanças substanciais nas décadas seguintes nas cidades de Bagé e Pelotas.

De acordo com Corsetti (1998), o projeto republicano de educação apresentado na Primeira República Brasileira no estado do Rio Grande do Sul, assim como no Brasil, ancorava-se na expansão do ensino, na extinção do analfabetismo, na modificação dos programas curriculares, na organização e no planejamento do ensino, como também na aplicação de recursos financeiros à educação. Segunda a mesma autora: *“a importância da educação primária pública foi posta com insistência, sendo ela ingrediente fundamental do projeto de modernização implementado pelos positivistas no estado.* (CORSETTI, 1998, p. 171). Sobre esse período, Damasceno afirma:

Essas transformações no campo da instrução se materializaram em novos edifícios, métodos e materiais didáticos, assim como na profusão de iniciativas, como a criação de periódicos educacionais e a promoção de eventos de abrangência nacional e estadual, denominados de conferências ou congressos, com fins de discussão e difusão tendências educacionais e pedagógicas daquela época, (DAMASCENO, 2021, p.7).

realizada pelos positivistas, durante toda a Primeira República no estado do Rio Grande do Sul, e pode ser definida pela frase: *“Viver para Outrem, Viver às Claras”*. Sobre este assunto, consultar: CORSETTI (1998) e GUTFREIND (1998).

No âmbito desse contexto republicano, desenvolveu-se um estudo da partir dos Relatórios Intendenciais, documentos bastante relevantes para a investigação das primeiras décadas do século XX.

Os Relatórios Intendenciais como fonte de pesquisa

Os Relatórios intencências são importantes fontes de pesquisa que podem ser analisadas dentro de seu período histórico e respeitando a sua historicidade, na compreensão deste espaço-tempo e tempo-memória, neste sentido, um exemplo primário desta assertiva é o Regulamento das Escolas Municipais⁶ do município de Bagé, estava dividido em 7 (sete) capítulos. Em seu primeiro capítulo composto de 9 (nove) artigos, dedicava-se a apresentar os objetivos *Da Criação e Funcionamento das escolas municipais*:

Art. 1º - Serão creadas tantas escolas quantas forem necessarias para a difusão do ensino no território do municipio.

Art. 2º - Nos distritos rurais, no lugar em que for verificada a existencia de uma população escolar de cincoenta crianças, em condições de receber ensino, será installada uma escola. Para esse fim, o sub intendente do districto ou moradores do lugar, solicitarão, a necessidade da creação da escola.

Art. 3º - As escolas que tiverem uma frequencia inferior a quinze alumnos, serão fechadas, e o professor removido para outro lugar, onde seja maior a população escolar.

Art. 4º - As escolas funcionarão em casas de aluguel, arrendadas ou offerecidas pelos proprietários, dotando-as a municipalidade de todas as condicções higienicas. [...]. O mobiliário e o material necessarios para o ensino, serão fornecidos pela intendência.

Art. 5º- As escolas serão mixtas, o ensino leigo e gratuito, obedecendo ao programma organizado pela comissão de que trata o art. 10 deste regulamento.

Art. 6º - É livre a matricula ás crianças de qualquer sexo, raça ou nacionalidade, de 7 a 14 annos de idade. Não terão ingresso nas escolas mixtas, alumnos do sexo masculino, maiores de 14 annos.

§ único – A matricula será feita verbalmente ao professor, pelos pais ou tutores dos candidatos ou por estes. Não serão matriculados os candidatos que soffrerem de moléstias contagiosas;

6 Em seu estudo de doutorado, Corsetti (1998) defende em seu trabalho, os princípios da Política e da Organização Educacional, bem como, as características da Escola Pública no Rio Grande do Sul na Primeira República, portanto, na análise do Regulamento das Escolas Municipais de Bagé, percebemos as influências ideológicas do pensamento republicano em todos os seus capítulos.

Art. 7º - O ano lectivo terá início no primeiro dia útil do mês de Março e será encerrado depois dos exames, que serão feitos na segunda quinzena do mês de Dezembro.

Art 8º - O horario das escolas será das 9 ás 11 e das 13 ás 16 horas.

Art. 9º - Em cada escola haverá três livros, sendo um para a matricula dos alumnos, um para as actas de exame e um para a carga do material existente. (Regulamento das Escolas Municipais, p. 03-04)

Noticiamos que nos artigos arrolados acima, existem diversas preocupações quanto à necessidade da expansão do ensino primário no município como também nos distritos rurais com mais de 50 crianças, preocupação com a frequência escolar, com a infraestrutura das escolas, com a tipologia do ensino, em relação à idade dos alunos, sobre as condições de saúde das crianças para o ingresso nas escolas, sobre o período e o horário das aulas. Presume-se, então, que este regulamento foi influenciado pelos princípios republicanos gaúchos e liberais, visto que já em seu primeiro capítulo encontramos ideais defendidos por estes educadores. Sobre o estabelecimento dos regulamentos, Corsetti (1998, p. 284 e 286) afirma:

Os regulamentos e regimentos escolares, pelo conjunto de determinações que encerram, possibilitam a percepção da ação governamental num plano muito específico, ou seja, o interior da escola. A orientação positivista que norteou a ação dos republicanos gaúchos garantiu que esses instrumentos se transformassem em mais uma peça importante da engrenagem educacional, [...]. Devemos ressaltar inicialmente que essas regulamentações expressaram, nas suas diversas determinações, a forma como os elementos integrantes da política educacional do estado gaúcho, - *diríamos também dos municípios* -, no tocante à escola pública, se realizam concretamente, evidenciando a tradução, na prática, dos pressupostos políticos e educacionais defendidos pelos republicanos. (grifos nossos).

No segundo capítulo deste Regulamento, observam-se as preocupações em relação aos Programas de Ensino das escolas primárias, em seu Artigo 10º: *O programma de ensino será organizado pelo inspector escolar e por uma comissão de professores do Collegio Elementar, convidada pelo Intendente.* É perceptível a anuência dada à figura do Inspetor escolar e aos professores do Colégio Elementar na organização do programa de ensino, isto é, na escolha técnica e qualificada dos programas escolares. Percebe-se novamente, os preceitos republicanos relativos à unidade administrativa e pedagógica do ensino presentes na configuração deste regulamento.

O terceiro capítulo possui 3 (três) artigos, e se propõe a apresentar as características *Dos professores e seus deveres*, do qual enfatizamos os artigos:

Art. 12º - São exigidas as condições seguintes para ser professor:

c) Ter necessária habilitação, julgada por uma comissão examinadora, escolhida pelo intendente e presidida pelo Inspector, no exame a que será submetido.

Art. 13º - Todos os professores teem por dever:

b) cumprir, rigorosamente, o programma de ensino;

c) Fazer sentir aos chefes de familia, em palestra ou por qualquer outro meio de proparaganda, o mal do analphabetismo, incutindo-lhes no espirito de manterem seus filhos á escola;

d) Providenciar para que seja içada a bandeira nacional nos dias feriados pela República e pelo estado, encarregando dessa o alumno mais applicado;

f) Ser delicado e bem para os alumnos, tratando os com maior carinho e fazendo-lhes comprehender que seu educador é um amigo e protector;

g) Não applicar castigos corporaes, nas faltas que forem commetidas, impondo, sómente, penas de tarefas escriptas, que redundem em proveito dos alumnos;

h) Apresentar todos os menses mappa de matricula e frequencia dos alumnos, afim de receber seus vencimentos no thesouro municipal. (Regulamento das Escolas Municipais, p. 05-06)

O capítulo revela as preocupações da municipalidade em relação aos deveres de seus professores, estes elementos que ocupariam o quadro docente do município deveriam ser pessoas idôneas, habilitadas para ocupar a função, contratadas por concurso, além de serem capazes de possibilitar as melhores condições para o ensino de seus alunos.

Na letra *C* do Artigo 13, nota-se claramente a intenção da municipalidade em manifestar a preocupação em combater o analfabetismo através dos discursos do professor, confirmando assim a ideia defendida pelos republicanos da década de 1920, que as mazelas sociais eram causadas pela falta e pelo abandono das crianças das escolas.

A preocupação com o imaginário republicano e com a absorção dos rituais e símbolos cívicos do novo regime, também é preconizada neste capítulo, fazendo da escola pública o lócus primordial e eficaz para a assimilação dos valores da modernidade republicana.

Na letra *F* do mesmo artigo, menciona-se o tipo de conduta a ser seguida pelos professores, podemos aferir que eles seriam brandos nas suas ações e suaves no trato e/ou castigos com seus alunos. Essa afirmação pode ser contemplada quando se observa o item subsequente, onde ficam proibidos os castigos corporais e impondo somente aos alunos tarefas escritas de cunho educativo. Pode-se pensar então, que estas ações serviriam para que o professor se estabeleça uma relação de respeito mútuo com seus alunos.

O capítulo *IV* – *Inspetoria*, possui dois artigos principais, estes comentam sobre a importância do papel educacional do Inspetor, este seria o agente responsável pela feitura dos relatórios quantitativos e qualitativos da educação municipal, bem como, reafirma o papel de

examinador nas bancas finais, da escritura dos mapas de matrículas das escolas urbanas e rurais, além de propor a nomeação e a exoneração de professores ao Intendente municipal.

Quanto ao capítulo VII que faz referência as *Disposições Finais*, destacamos os seguintes artigos:

Art. 20º - Fica isento de impostos municipais, o chefe de família que tiver tres filhos frequentando, com assuidade, as aulas, de accordo com a autorização que oportunamente será solicitada ao Conselho.

Art. 21º - Serão concedidos premios, pelo intendente ou por outras pessoas que visarem o mesmo objetivo, aos alumnos que demonstrarem melhor aproveitamento nos exames finais.

Art. 22º - O municipio fornecerá ás crianças reconhecidamente pobres, o material que for necessario para seu ensino.

Art. 25º - A municipalidade subvencionará qualquer escola que ministre ensino gratuito, justificados a frequencia e o aproveitamento dos alumnos.

Art. 26º - Na sede do municipio, reconhecida a necessidade, serão creados grupos escolares dirigidos por três professores. As suas aulas funcionarão pela manhã, á tarde e á noite. (Regulamento das Escolas Municipais, p. 08-09)

Podemos inferir que a municipalidade pretendia assegurar em seu Regulamento todo um aparato financeiro para manter as crianças nas escolas municipais, demonstrando a preocupação em garantir às famílias numerosas a isenção de impostos e a permanência de seus filhos na escola, evitando assim, o abandono e a evasão escolar e diminuindo os índices de analfabetismo do município de Bagé.

Outra questão observada que se impõe no Regulamento, possui relação direta a oficialização dos prêmios por mérito aos alunos que obtivessem melhor destaque nos exames finais. Neste sentido Dallabrida (2002, p. 06) afirma que esta prática era comum desde os tempos coloniais na educação brasileira:

Ademais, o processo de incitamento à produção discente era alimentado pela emulação, uma tradição escolar jesuítica. A “digna emulação” era incentivada sutilmente nas classes ginasiais, estabelecendo um clima de constante superação entre todos os alunos, mas particularmente entre internos e externos. *A emulação estava ligada ao sistema de premiação, que concedia solenemente recompensas aos melhores alunos no final do ano letivo e a cada bimestre.* (grifos nossos)

Especificamente sobre as ações das municipalidades na expansão do ensino primário e no gerenciamento da Instrução Pública Municipal, evidenciaram-se também a busca pela construção do imaginário social da república nas crianças e professores nas festividades pátrias, atitude defendida

pelos republicanos gaúchos, como afirma Corsetti (1998, p. 231): *os rituais, expressos através das comemorações e festas cívicas destinada à propaganda eficiente dos valores da modernidade republicana. A escola, mais uma vez, contribuiu eficazmente nessa tarefa.*

Por outro lado, é possível perceber também estas observações são descritas no Relatório do Inspetor Escolar Waldemar Amorety Machado apresentado pelo Relatório Intendencial do município de Bagé decorrente do ano de 1926:

[...] O grande problema do ensino primário, atacado resolutamente desde os primórdios da administração de V. S., teve este ano um desenvolvimento que bastante compensa os vossos esforços despendidos neste sentido. O aumento do numero de aulas muito cooperou para isso, principalmente nos districtos ruraes, onde com grande prazer já vemos ao som de hymnos infantis e patrioticos flutuar o pavilhão nacional, despertando e revigorando no espírito das creanças o entusiasmo pela grandeza da nossa nacionalidade e um vivo sentimento de amor á patria. [...] Isto mostra que a diffusão da instrucção neste municipio começa a prodigalizar uma bôa messe de beneficios á nossa infância, e que a sua culta população tem sabido corresponder aos esforços de V. S. em pról do ensino e da educação. (grifos nossos) (Relatório do Inspetor Escolar de 1926, p. 67)

Sem dúvida alguma, a tese da organização administrativa e da unidade pedagógica foi amplamente defendida no plano estadual pelos republicanos durante toda a Primeira República. (Corsetti, 1998). Neste sentido, é possível afirmar que ao pensar a expansão da educação primária municipal, Carlos Mangabeira percebeu a necessidade premente de se ter o pleno controle da educação primária municipal.

Outra preocupação observada no processo da expansão do ensino primário foi à questão da infraestrutura interna das escolas municipais, com a disposição de materiais pedagógicos e símbolos pátrios e cívicos, medida esta concernente a manutenção dos preceitos republicanos, como afirma o Relatório do Inspetor Escolar (1926, p. 70): *Foi distribuido pelas diversas aulas, [...] o seguinte material escolar: 72 cadeiras, 20 bandeiras nacionaes, 20 escudos Rio-grandenses e 16 quadros negros.*

Ademais, percebeu-se a presença dos discursos médicos-higiênicos na fiscalização das escolas existentes no município de Bagé, como apresentado pelo Inspetor Escolar (1926, p.70): *Este serviço tem sido feito pela Diretoria de Hygiene, a qual tem prestado forte concurso á instrucção, quer na inspecção das escolas particulares, quer na dos professores e alumnos das escolas publicas.*

Sobre a importância dos discursos médicos e sobre o papel do processo higienização-escolarização na **Primeira** República que resultaria na promoção da civilidade tão desejada pelos dirigentes republicanos, Stephanou (2005, p.148) faz a seguinte afirmação:

A medicina vinha a cumprir um papel fundamentalmente preventivo. As doenças da civilização moderna ofereciam um campo enorme para as ações sanitárias. Os médicos apresentaram-se como uma espécie de mediadores, aqueles que, propondo medidas de ordenamento do espaço e purificação do meio, conduziram a uma sociedade sadia e positivamente civilizada. *A degeneração poderia ser contornada. A enfermidade dos corpos e da sociedade cederia lugar à saúde e à vida.* Fazia-se mister, contudo, garantir o espaço para a atuação educativa e saneadora da medicina [...] *A educação aparecerá como aquela tarefa afinada com a missão da medicina preventiva.* Mas à medicina social, profilática por excelência, incumbiam também ações corretivas e ortopédicas. (grifos nossos)

No processo de análise das fontes levantadas neste trabalho no contexto das reformas municipais, verificou-se a importância conferida à figura do Inspetor Escolar, Waldemar Amorety Machado, na consecução do projeto modernizador pensado pela Intendência Municipal. Sobre o papel do Inspetor Escolar, Corsetti (1998, p. 347), faz a seguinte afirmação: *um sistema inédito de inspeção escolar caracterizou a experiência educacional dos dirigentes gaúchos, que conseguiram reunir os funcionários [...] na realização das tarefas fiscalizadoras do ensino.*

Neste processo de expansão do ensino primário municipal as preocupações atinentes aos esforços da municipalidade foram amplamente defendidas pelo Inspetor Escolar, como se pode observar em seu Relatório:

Proseguindo na execução do programma administrativo, a que se produz o esclarecido governo de V. S., têm-se empregado todos os recursos accessíveis, para que o ensino primario tenha a mais ampla diffusão neste municipio. Visando este *desideratum*, o magisterio municipal, compenetrado da ardua missão que lhe compete, não se limita a acção passiva de esperar o matriculando, para ministrar-lhe os rudimentos de que carece, mas desenvolvendo sua actividade, vae, por meio de patriotica propropaganda, a casa do alumno, realçando a necessidade da instrucção e cooperando deste modo para o augmento da frequencia escolar. [...] ainda é uma affirmacção do progresso da instrucção neste municipio e constitue um dos melhores titulos demonstrativos dos beneficios, que Bagé vem colhendo, na execução do systema educativo que adoptou. *Comtudo, se senões ainda existem, é porque certamente, todas as questões que surgem, quando se trata de resolver tão magno, quão momentoso problema, não pertencem ao curto espaço de tempo, que medeia uma gestão administrativa, mas reclamam demorado estudo e constantes esforços,* que visem, ao menos, por em equação o problema, para os trabalhos de cada anno, sejam a continuacção dos do precedente, seguindo deste modo por caminho recto e seguro ate o fim collimado, o que não só evita o destruir

para recomençar, como ainda facilita as futuras administrações. *Para este ponto fundamental, tem-se feito convergir todos os esforços, afim de formar um systema educativo, capaz de obter o maximo de resultados práticos e immediatos.* (grifos nossos) (Relatório do Inspetor Escolar de 1928, p. 33-34).

De acordo com Faria Filho (2000), os Inspetores de Ensino imprimiam suas observações dos acontecimentos do cotidiano escolar, possibilitavam o controle, como possíveis intervenções nas atividades desenvolvidas nas escolas. Em outras palavras, os relatórios produzidos concediam à Intendência Municipal uma maneira de fiscalizar as atividades dos profissionais que atuavam nos estabelecimentos de ensino, de forma a manter sempre vivo os interesses da municipalidade.

No que se refere aos Relatórios Intendenciasais pelotenses, foi em 1909, na gestão de Barboza Gonçalves, publicaram-se algumas considerações sobre as “aulas municipais”. De acordo com o intendente:

Conhecidas as vantagens de disseminar a instrução, fazendo-a chegar, prompta e fácil, ao alcance de todas as classes, principalmente as mais desfavorecidas da fortuna, a Administração julgou-se no dever de estabelecer, dentro da cidade, diversas aulas. Mantidas em favor dos que, sequiosos de saber, mas impedidos, pelas prementes necessidades da vida, que procuraram nas horas de seu funcionamento as aulas do Estado, só possam dispor das horas da noite para satisfazer esse dever que cabe a todo cidadão, não foi esse um baldado empenho nem semente lançada, entre abrolhos. As aulas municipaes são muito procuradas, tem boa freqüência e vão preenchendo perfeitamente o seu fim (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1909, p. 24).

Através das afirmações de Gonçalves, percebe-se que as aulas municipais visavam o atendimento de uma classe menos privilegiada, principalmente alunos trabalhadores, e tinha por finalidade uma educação básica, no sentido de alfabetização e não a preparação para o ingresso no ensino superior. Durante o período Republicano, a educação passou a ser um cuidado do estado e do município. O primeiro se dedicou à expansão da rede pública de ensino antes do âmbito municipal, porém, não foi suficiente, o que forçou os municípios a oferecerem aulas públicas.

Dessa forma, lentamente, o tema educacional começou a perpassar os discursos intendenciasais de Pelotas. Veja o que José Barboza Gonçalves afirmava: “O povo em que a média da instrução se patenteia mais elevada, também se revela o mais forte, o mais industrioso, o mais capaz” (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1910, p.16), e Cypriano Corrêa Barcellos: “*Não é descurada entre nós: desenvolve-se, progride e segue marcha desassombrada, com forte empenho do poder*

público em difundil-a e pol-a a fácil alcance”, (RELATÓRIO Intendencial, 1913, p.10). Este, afirma ainda:

A cada passo, revelam os esforços pertinazes de seus competentes directores e provectoros mestres, que, numa conjucção de labores profícuos, não conseguiram conservar em destaque o bom nome do professorado Pelotense. Se, por um lado, se vêm em tão lisonjeiro estado as faculdades, os gymnasios e as aulas particulares por outro, os collegios elementares e os estadoaes, os subvencionados e os do Municipio correspondem perfeitamente a seus fins (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1916, p.19)

As palavras do intendente Cypriano Corrêa Barcellos demonstram a satisfação e o orgulho que o governo sentia em relação ao desenvolvimento das instituições educacionais e do próprio professorado. Além disso, o intendente se mostrou bastante satisfeito com a forma como essas instituições cumpriram as suas finalidades. Diante dessa colocação, que demonstra uma grande satisfação pelas instituições públicas e privadas, parte-se para outro ponto: decorrente do ideário, seja positivista ou maçônico (como será abordado a seguir). Não houve, nesse período, uma concorrência entre o setor público e o privado, mas um incentivo ao desenvolvimento de ambos os setores. Isso se devia, em especial, ao fato de as doutrinas que influenciavam o pensamento da época, destinavam os cuidados da educação primária para o Município e para o Estado, sugerindo que os ensinos secundário e superior deveriam estar nas mãos da iniciativa privada. O espaço para a iniciativa privada esteve presente, também, nos discursos dos intendentes, como pode ser percebido nas palavras de Cypriano Corrêa Barcellos: “A seu turno, se manifesta, poderosamente, a iniciativa particular, cuja acção, se evidencia de modo eloquente”, (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1913, p.10). Conforme a citação de José Barboza Gonçalves:

Conscio da missão que lhe assiste, o poder publico deve auxiliar o desenvolvimento da instrucção, sob qualquer aspecto que se apresente, não reconhecendo privilégios acadêmicos, não fazendo questão de diplomas, deixando exercer-se a livre concurrencia, para estímulo das aptidões, e auxiliando a capacidade proveitosa, onde quer que Ella se encontre. Em vez do ensino official, que já fez sua época de estreiteza dogmática, com suas pragmáticas e peãs, com concursos de aparato e a effectividade que, muitas vezes, só premeia um esforço de occasião ou uma felicidade do acaso, e pode matar, na sua dissecante atmospheria, o gérmen do estímulo, que deve ser, na livre concurrencia, guia de acção constante, estabelece-se a plena liberdade, que leva o espírito desemperedo a agir, autônomo, em busca de maior desenvolvimento para a firmeza de uma situação em que a sua utilidade se defina (RELATÓRIO INTENDENCIAL, 1910, p. 15).

As palavras de Gonçalves apontam para uma situação característica da Primeira República: a teoria Positivista se mostrava favorável às iniciativas particulares no âmbito educacional, o que fica claro quando o intendente menciona as expressões “livre concorrência”, “plena liberdade”, “autônomo”. Ao mesmo tempo, deve-se ter em conta que, durante a República, como já foi mencionado anteriormente, citando Tambara (1995) e Corsetti (1997), o incremento do ensino público primário ocorreu durante um processo desenvolvido pelo governo estadual. Tal processo fica evidente nas palavras do referido intendente, o qual demonstra que a difusão do ensino primário em Pelotas, pelo governo municipal, não foi uma singularidade da cidade, mas estava vinculado a um processo que ocorria concomitantemente em âmbito estadual e por iniciativa do governo estadual.

Nos anos de 1912 e 1913, as preocupações do então intendente Cypriano Corrêa Barcellos se mantinham centradas no saneamento, tema que, nesse período mostra-se relacionado com a educação, conforme já mencionado anteriormente, no item “a Educação nas primeiras décadas do século XX”. Dessa forma, justamente por existir um tipo determinado de educação cuja função seria a formação integral do cidadão e que se daria de forma a levar em consideração dos conhecimentos científicos de maneira organizada, em 1912, o intendente aprovou o “Regulamento da Instrução Pública Municipal” 23, pelo Ato n. 642, de 24 de janeiro. Pode-se verificar que existe uma contemporaneidade entre os regulamentos aprovados em Bagé e em Pelotas. O Regulamento aprovado em Pelotas, constava de 18 artigos, nos quais foram abordados temas como o caráter leigo e gratuito do ensino municipal; a divisão em dois cursos (primário e técnico para profissões elementares); o currículo de tais cursos e o público a quem era destinado; a inspeção do ensino; o cronograma das atividades; as atribuições dos estudantes e dos professores, entre outros temas. O desenvolvimento de uma legislação que regulasse a instrução municipal demonstra que o funcionamento das aulas municipais existentes exigia uma organização.

Outra questão não menos importante que envolve a escola foi citada por Hilsdorf (2005) e refere-se ao voto, segundo esta autora, a educação pelo voto e pela escola foi instituída pelos republicanos como a grande arma da transformação evolutiva da sociedade brasileira, sendo oferecida em caução do progresso prometido pelo regime republicano. Dessa forma, a prática do voto pelos alfabetizados e a frequência à escola, seriam os responsáveis pela formação do homem progressista, adequado aos tempos modernos, transformando o súdito em cidadão ativo.

Tal transformação é essencial em um momento de transição entre dois regimes de governos distintos: a Monarquia, baseada na tradição e na hereditariedade, afirmando-se através de seus súditos; a República, baseada no voto do alfabetizado e na participação do cidadão. Cabe aqui ressaltar que existe um caminho a ser traçado entre o súdito e o cidadão, cuja formação se dá através de instituições e símbolos. Logo, a República não se eximiu de transformar a cidade em palco de sua simbologia.

Era importante ser detentor de uma dessas ferramentas, pois, de acordo com Hilsdorf (2005), as forças políticas buscaram controlar as instituições educativas e seus agentes com o objetivo de impor-lhes a forma escolar mais adequada e eficaz para ministrar e conformar a sociedade.

As Fotografias como representações nacionais do civismo

Bencostta (2005) afirma que o discurso daqueles que implantaram o novo regime político em 1889, continha, além da justificação racional do poder, a fim de legitimar a República, o interesse em construir uma nação pautada em valores sintonizados com as mudanças que o mundo moderno apresentava. Logo, na tentativa de colocar-se contra as diversidades presentes no cotidiano social, Veiga (1998) afirma que a função do Estado foi a de assumir a liderança nos processos uniformizadores das populações, cujo objetivo era adaptar as pessoas à sociedade em que vivem. Nesse contexto, a escola tornou-se uma das instâncias legitimadoras do Estado, pois é uma instituição com função eminentemente ideológica.

A questão da modernidade e do moderno são repetidamente mencionados pelos autores, tendo em vista que a República se afirmou no contexto político brasileiro como uma proposta moderna, inserida em um ideário iluminista, que se opunha ao passado monárquico, tradicional e conservador. Além das transformações políticas que caracterizaram a história brasileira do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, a modernidade esteve presente, também, em âmbito educacional. Formou-se um ideário amplo sobre educação, trazendo para o campo educacional uma série de novos conceitos que, até então, não faziam parte desse vocabulário, como aptidão individual, atividade e mobilidade.

A assimilação de tais conceitos, agregada ao rompimento com as formas tradicionais como Igreja e a família seria, de acordo com Veiga (1998), uma expressão do modernismo na educação, porque quer romper com a gestão tradicional da escola e o academicismo das ações, além de buscar a invenção do indivíduo e recriar o social.

De acordo com Escolano (2000), o edifício-escola é uma variante da chamada arquitetura institucional, mas apresenta uma determinada força semântica através dos signos e símbolos que exhibe. As aulas isoladas não possuíam uma arquitetura diferenciada, logo, essas não possuíam símbolos que as identificasse. A escola, na Primeira República, ganhou ares de imponência inspirado nos preceitos do Positivismo⁷, tornando-se o templo do saber:

Um edifício próprio para a escola: eis uma importante questão que os poderes públicos tiveram que enfrentar diante do comprometimento discursivo que coroava a instrução escolar como uma das principais colunas de sustentação da civilização. Portanto, para os poderes públicos, tornou-se imperativo empregar recursos na construção dos edifícios escolares convenientes à sua função. Entretanto, este investimento, que contribuiu, sem sombra de dúvidas, para o enaltecimento da República, tornou-se muito mais uma estratégia de visibilidade do que uma ação que necessariamente democratizaria a escola (BENCOSTTA, 2005, p.103-104).

O progresso e civilização se inseriram nesse espaço e a escola se tornou um dos espaços produtores de urbanidade, cuja nova arquitetura, segundo Veiga (2007), combinou higiene física e moral para qualificá-la na função de educadora das crianças. Todos os fatores constituintes do ambiente escolar passaram a ser objeto de estudos e de planificação, seja por dentro ou por fora das escolas, seu mobiliário, suas salas de aulas, seus gabinetes dentários, seus muros e sua organização espacial.

No caso de Pelotas, cidade localizada na metade sul do estado do Rio Grande do Sul, as aulas municipais se encontravam entre as antigas aulas isoladas e os colégios elementares ou grupos escolares. Embora semelhantes às aulas isoladas, elas viviam forte inspeção do município e do estado, ao mesmo tempo em que iniciou sua instalação em prédios próprios para escolas. As figuras 01 e 02 demonstram que a escola do Prof. José Francisco Duarte possuía salas de aula cujo espaço se encontrava adequado à prática do ensino. As referidas imagens encontravam-se em uma mesma página do Relatório Indentencial da cidade de Pelotas/RS do ano de 1915⁸, dispostas uma acima da

7 Segundo Rodríguez (2006, p. 73-74): O castilhismo gaúcho se firmou como uma versão positivista diferente do *comtismo*, ou do positivismo *tout-court*. Em síntese, o castilhismo diferencia-se do comtismo em virtude de destacar incisivamente a presença dominante do estado nos diferentes campos da vida social, ao mesmo tempo em que era criada toda uma infra-estrutura econômica, política e jurídica para perpetuar tal estado de coisas. O castilhismo mostrou-se mais decididamente totalitário que o comtismo.

8 Em 1915, o engenheiro Cypriano Correia Barcelos ocupava o cargo de intendente municipal na cidade de Pelotas. As fotografias da 6.^a Aula Municipal foram as primeiras a serem publicadas no que se refere ao tema da instrução na localidade.

outra, na mesma página, pois faziam parte de um mesmo contexto, cuja legenda é “6ª Aula Municipal”. Ambas as imagens representam a mesma sala de aula, mas de ângulos diferentes. Deve-se ter em conta, ao utilizar-se fotografias como documentos passíveis de análise para a compreensão de contextos históricos que: “[...] aqueles que manejam as lentes não simplesmente copiam o que veem: selecionam, recortam e impõe um olhar específico para tudo aquilo que captam com suas máquinas”, (SCHWARCZ, 2012, p.10). Nesse sentido, o destaque dado às fotografias da 6ª Aula Municipal precisa ser questionado. Considera-se que tais fotografias representassem os elementos que a intendência municipal de Pelotas pretendia demonstrar: alinhamento com os ideais de civilidade republicanos, ordenamento e higiene. Valores amplamente divulgados nesse período.

Figura 01 – 6ª Aula Municipal



Fonte: Relatório Intendencial do município de Pelotas/RS - Ano 1915

A fotografia que ocupavam a parte superior da página (figura 01) apresentava um grupo de alunas sentadas em suas carteiras, o que demonstra que a escola já estava dotada de mobiliário, senão o adequado, mas mais próximo ao que se esperava de uma instituição escolar durante a Primeira República. A fotografia possui um equilíbrio assimétrico, pois as fileiras de alunas desenham uma linha transversal que cruza a imagem, partindo da parte inferior direita da imagem, dirigindo-se à parte superior esquerda. Nas paredes, percebe-se uma série de instrumentos didáticos e de símbolos nacionais, com a finalidade de formar cívica e moralmente o cidadão: um mapa do Brasil e três bandeiras, das quais, acredita-se que uma é a do Brasil.

Figura 02 – 6.^a Aula Municipal



Fonte: Relatório Intendencial do município de Pelotas/RS - Ano 1915

A figura 02, que ocupava a parte inferior da página do Relatório possui o mesmo equilíbrio assimétrico que a imagem anterior. A fotografia refere-se ao lado esquerdo da sala de aula, no qual se sentava um grupo de alunos. Ao fundo da sala, também é possível perceber a existência de uma série de materiais didáticos, provavelmente mapas. Na parede ao lado dos estudantes, é possível perceber cabides nos quais foram dispostos os chapéus dos alunos. O chapéu e a boina ou boné, nesse período, eram elementos marcantes da indumentária masculina. Dessa forma, ao lado dos meninos, encontravam-se elementos das representações sociais da masculinidade.

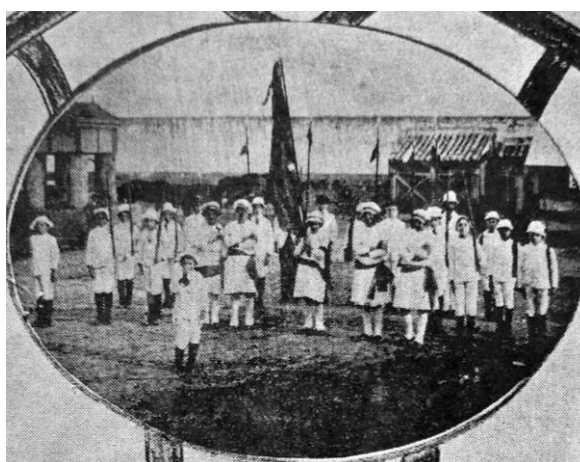
Deve-se ressaltar que as figuras 01 e 02 podem indicar que a aula era mista. Entretanto, essa prática pode ser questionada, tendo em vista que o fato de os alunos se encontrarem na mesma sala, não é necessariamente um indicador de que as aulas eram comuns a todos. Na imagem, as meninas sentavam-se de um lado da sala, enquanto os meninos se sentavam do outro. Essa divisão sexual pode ter ocorrido apenas para a realização da fotografia ou não, tendo em vista que se trata de uma imagem oficial. Destaca-se que todas as crianças encontravam-se na mesma posição: com os braços cruzados sobre a mesa, o que ressalta quão posada era a fotografia. Ressalta-se que as imagens se articulam dentro de um “conjunto de elementos materiais e imateriais reunidos pelos seus autores; são pensadas, construídas, codificadas” (KOSSOY, 2012, p.22).

A utilização de uniforme, aparentemente, não era um costume diário na 6.^a Aula Municipal, embora os alunos se encontrem uniformizados na figura 03, pode-se perceber que, tanto entre as meninas, como entre os meninos, existem alunos de várias alturas, o que pode denotar idades

diferentes. Isso pode representar que a aula municipal não era seriada, como as antigas aulas isoladas acima mencionadas, ou que alunos de diferentes séries foram reunidos para que a imagem fosse produzida.

As figuras 03 e 04 foram realizadas em partes externas da escola. Assim como as fotografias acima abordadas, essas figuras fazem parte de um mesmo contexto e representam os alunos no pátio da escola.

Figura 03 – Alunos da 6.^a Aula Municipal



Fonte: Relatório Intendencial do município de Pelotas/RS - Ano 1915

A fotografia que ficava na parte superior da página do Relatório (figura 03) apresenta os alunos (meninas e meninos) uniformizados, segurando bandeiras e vara-paus (aparentemente o mesmo tipo que os escoteiros utilizavam para realizar os seus exercícios). Esta imagem representa a preocupação existente e já mencionada anteriormente, com a formação moral e cívica dos estudantes. O uniforme da escola era branco. Os meninos usavam botas, enquanto as meninas usavam meias três-quartos e sapatilhas. Ambos usavam chapéus, no entanto, os dos meninos eram diferentes dos das meninas, pois os dessas eram arrematados com um laço. Entre as alunas, uma aparentemente é negra. Uma das meninas segurava uma bandeira, provavelmente a nacional. Os alunos estavam dispostos em duas fileiras e apenas um aluno encontrava-se adiantado, o qual se encontra em primeiro plano. Ao fundo, vê-se uma espécie de galpão ou casa do zelador e, do lado esquerdo, uma construção cujo formato é hexagonal e possui aberturas, como se fosse um poço.

A formação cívica foi uma constante no período estudado. Destaca-se que em esfera nacional, tal preocupação era recorrente, integrando o projeto republicano de constituição de uma identidade nacional. Os estudos de Damasceno (2021) no Pará, corroboram para tal afirmação, pois a autora

aponta para orientações presentes em documentos legais as quais regiam a estrutura e o funcionamento do ensino primário e previam a oferta de uma matéria denominada “Cultura cívica”.

Figura 04 – Alunos da 6.^a Aula Municipal

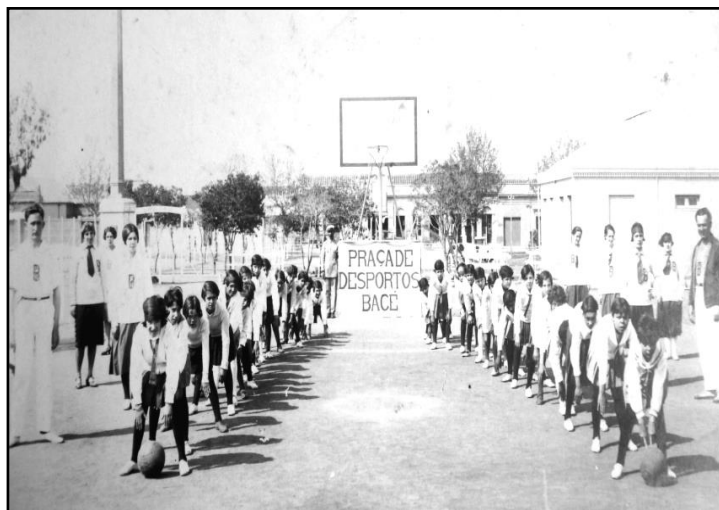


Fonte: Relatório Intendencial do município de Pelotas/RS - Ano 1915

Os estudantes encontravam-se nas escadarias que se dirigem ao pátio da escola, formavam fileiras de maneira a formar uma figura em forma de triângulo ou trapézio, a fileira em primeiro plano era composta pelos alunos de menor estatura. Pode-se perceber que os estudantes uniformizados e os sem uniformes misturavam-se. Ao fundo, via-se a porta de entrada para a escola.

As preocupações das municipalidades em processar e manter as rotinas de controle administrativas podem ser também observadas nas imagens dispostas da Praça de Desportos do município de Bagé, criada em 1927.

Figura 05 – Praça dos Desportos



Fonte: Acervo Iconográfico – Museu Dom Diogo de Souza

Podemos aferir desta imagem a preocupação em evidenciar a tipificação das atividades físicas destinadas às alunas do sexo feminino. Outro ponto de grande valor para nossa análise sobre as questões da fiscalização da gestão da Praça de Desportos no que tange às relações de gênero, às condutas morais pessoais e aos uniformes, de certo sobre a política sanitarista na Primeira República, Stephanou (2005, p. 144), traz o seguinte comentário sobre os discursos médicos e a educação sanitarista no Brasil:

manifestação que contempla importantes enunciados sobre a educação, presentes na discursividade do campo médico: educar desde a tenra idade, ensinar pela pedagogia do exemplo, difundir regras de bem-viver, instruir para salvar da ignorância, formar virtudes e inteligência, fortalecer o caráter, restituir energias para produzir. Nas primeiras décadas do século XX, muito crédito era atribuído à educação no concurso que ela prestava à obra do saneamento do meio e do homem.

Os esforços educacionais no processo da expansão do ensino primário, secundário e artístico somados à criação da Praça de Desportos no município de Bagé, possibilitaram a prática de exercícios físicos por todos os alunos das escolas municipais e particulares, promovendo assim, mudanças substanciais na Instrução Pública Municipal. Sobre a inauguração da Praça de Desportos, encontramos a seguinte notícia descrita no Relatório Intendencial do ano de 1927:

Fazendo parte da instrução publica, inaugurou-se a 7 de setembro último, com solemnidade e grande affluencia de povo, esse centro de desportos, destinado à cultura physica da nossa mocidade. *Não resta a menor duvida de que é um grande empreendimento este, para Bagé, e que vem desenvolver a robustez, augmentar as energias e dar vigor aos jovens bageenses, quer terão no campo de desportos*

As representações dos símbolos pátrios nas escolas
do Rio Grande Do Sul na Primeira República

um lugar para o completo desenvolvimento de todo o seu organismo.[...] os agradecimentos que aqui faço [...] Justo é também que os agradecimentos que aqui faço ao Dr. Santayana, se estendam á Commissão de Cultura Physica de Montevideo, que sempre, com a melhor vontade, attendeu ás solicitações d'esta municipalidade, [...] **Bagé foi a primeira cidade do Brasil que teve a fortuna de possuir um campo de educação physica dotado de tudo que é necessário para o desenvolvimento physico da nossa mocidade.** (grifos nossos) (Relatório Intendencial de 1927, p. 06-07)

Estas notas revelam a importância dada ao ato inaugural da Praça de Desportos, demonstrando a relevância deste espaço escolar e social para cidade, destinada ao desenvolvimento físico, ao civismo e as práticas educacionais, bem como, a ligação com a Comissão de Cultura Física do Uruguai. A fotografia abaixo, tirada com o objetivo de presentear a Comissão de Cultura Física do Uruguai, revela a vinda dos estudantes uruguaios da vizinha cidade de Melo:

Figura 06 – Time de Futebol de Melo – Uruguai



Fonte: Acervo Iconográfico – Museu Dom Diogo de Souza

Sobre a valorização da Educação Física e a importância das regras sociais contidas no planejamento das Praças de Desportos, as pesquisadoras Cunha & Mazo (2011, pág 20 e 23) trazem a seguinte consideração:

E é assim que a Praça de Desportos passou a ser vista em função da valorização da Educação Física, como complemento da escola, a qual estava fortemente unida, pois foi transformada em Praça de Educação Física. O programa de Educação Física da escola e o da praça obedecia a mesma orientação e, tendo o mesmo fim, foram fundidos num único. As praças mantinham ligação íntima com

a escola. Eram locais espaçosos, que tinham um programa e proporcionavam aos frequentadores alegria pela prática de jogos e atividades ao ar livre. [...] as Praças de Desportos eram vistas como espaços de controle social eficaz através da mudança de estilo de vida impulsionada pela modernidade. A sociedade moderna reservou para o lazer a satisfação da necessidade que os indivíduos têm de experimentar em público a explosão de fortes emoções, sem com isso perturbar ou colocar em risco a organização da vida social. As rotinas das práticas corporais e esportivas nas praças garantiam este nível elevado de segurança aos indivíduos e as instituições possibilitando a integração e formando uma rede de ligações. (grifos nossos)

Enfim, a educação foi a melhor forma encontrada pelos positivistas republicanos para preconizar os ideais, os símbolos, as crenças, os rituais e os valores da República. Logo, constatase que as ações empreendidas pelas gestões republicanas revelaram todas estas particularidades em fazeres educacionais distintos no transcorrer da Primeira República.

Considerações Finais

O papel formador atribuído à escola por parte do poder estatal, notadamente no que se refere à formação de uma identidade nacional cidadã e republicana constantemente esteve tutelado às influências dos ideais positivistas pensados pelos signatários do Partido Republicano Rio-Grandense na Primeira República.

Neste sentido, as fontes pesquisadas nos indicam que no processo da estruturação da Instrução Pública e na consecução das escolas em duas cidades no estado do Rio Grande do Sul, intensificouse o estabelecimento de normas, padrões de funcionamento e regras de controle que determinaram a estrutura do sistema educacional da Primeira República, sendo assim, as ações administrativas e os discursos educacionais foi um elemento propulsor para o avanço econômico, científico e político da sociedade gaúcha, bem como, na vinculação do espaço da escola pública como um elemento essencial para a difusão dos ideais cívicos, morais e republicanos. A escola e os processos de escolarização integraram os ideais do positivismo e os preceitos republicanos da educação pública, demonstrando que o ensino era o caminho mais viável e rápido no processo de civilizar o povo e de modernizar a nação.

Este processo promoveu distintas ações nos processos escolares, dedicando as escolas republicanas tornaram-se templos dedicados à conjugação de todos os discursos republicanos presentes na Primeira República gaúcha, enfim, a educação foi a melhor forma e/ou caminho encontrado pelos positivistas para preconizar os símbolos, as crenças, os rituais e os valores da

República. Neste sentido, vale lembrar que o papel do historiador deverá priorizar uma relação com as fontes, pautada por intuição, criatividade, interrogações e sensibilidade. Em seu ofício de pesquisador, o historiador deverá ser consciente que ao trabalhar com as fontes não basta apenas organizá-las de forma cronológica, mas sim, inquiri-las com criticidade. Para tanto, no processo do uso das fontes para a construção do conhecimento histórico, deve-se ter um rigor teórico e metodológico que priorize uma atmosfera de objetividade e cientificidade. Neste sentido, Le Goff (1996, p. 55), alerta que:

O documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, ele próprio e, é parcialmente determinado por sua época e seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado quanto para dizer a “verdade” [...]. (grifo do autor).

Enfim, a construção do ofício do historiador perpassa por esses dilemas teóricos e empíricos na construção de seus processos de escrita e de análise de suas fontes de pesquisa, Conjuntamente a estas razões, nosso maior desejo é *revelar, desvelar, dizer, contradizer, pensar, repensar, escrever e reescrever com olhos atentos uma parcela da história da Educação do Rio Grande do Sul, e quiçá contribuir para a compreensão das dimensões educacionais rio-grandenses e brasileiras.*

Referências bibliográficas:

- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino; VIÑAO FRAGO, Antonio. *Entre a multidisciplinariedade e a história: o espaço e a arquitetura escolares nas recentes historiografias educativas espanhola e brasileira*. In: ARAÚJO, Marta Maria de. **História (s) comparada (s) da Educação**. Brasília: Liber Livro Editora Ltda, 2009.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino; MEIRA, Antonia de. **Fotografias e culturas escolares: universo digital e preservação da memória**. In: Anais do III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba, 2005.
- BICA, A. C., & CORSETTI, B. (2017). *O município pedagógico e a constituição do sistema educacional municipal no período da intendência de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) em Bagé/RS*. **Cadernos De História Da Educação**, 15(3), 1055–1077. Recuperado de <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/38484>

BICA, A. C. A organização da Instrução Pública Municipal na década de 1920 no Município de Bagé/RS. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, [S. l.], v. 20, n. 1, 2018. DOI:

10.22483/2177-5796.2018v20n1p91-112. Disponível em:

<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/3078> . Acesso em: 31 maio. 2022.

BICA, Alessandro Carvalho. História da Organização Educacional de Bagé (1925-1929): educação pública no Governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

Disponível em: <https://www.editorafi.org/783bage>

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. Tradução Klaus Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. – São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: Edusf, 1998.

CORSETTI, Berenice. **A Construção do Cidadão: Os Conteúdos Escolares nas Escolas Públicas do Rio Grande do Sul na Primeira República**. Revista História da Educação, ASPHE, Fae, UFPel, Pelotas, n.8, p.175-192, set./2000.

CORSETTI, Berenice. **Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930)**. In: Cadernos de Educação - FaE/PPGE/UFPel – Pelotas, nº 31, julho/dezembro 2008.

_____. **Controle e Ufanismo. A Escola Pública no Rio Grande do Sul (1890-1930)**.

Santa Maria: UFSM, 1998. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, 1998.

CUNHA, Maria Luiza Oliveira da; MAZO, Janice Zarpellon; STIGGER, Marco Paulo. **A Organização das Praças de Desporto/Educação Física na cidade de Porto Alegre (1920-1940)**. Belo Horizonte: Revista Licere. v. 13, p. 1-33, 2011.

DALABRIDA, Norberto. **Disciplina e Devoção: O Ginásio Catarinense na Primeira República**. In: *II Congresso Brasileiro de História da Educação*. Rio Grande do Norte: Natal, 2002. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3151.pdf>. Acesso em 29/01/2020.

DAMASCENO, A. O Congresso Pedagógico do Pará: um projeto educacional na Primeira República (1895-1897). **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 25, p. e104836, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/104836>. Acesso em: 11 ago. 2022.

ESCOLANO BENITO, Augustín. *Tiempos y Espacios para la Escuela*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva. S. L., 2000.

ESCOLANO, Augustín; VIÑAO FRAGO, Antonio. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. – 2.ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906/1918)**. São Paulo, 1996. 362p. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação da USP.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- KOSSOY, Boris. Um olhar sobre o Brasil: uma reflexão. In: In: KOSSOY, Boris; SCHWARCZ, Lilia. **Um olhar sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p.22-38.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- MARTIARENA DE OLIVEIRA, Maria Augusta. **Instituições e práticas escolares como representações de modernidade em Pelotas (1910-1930): Imagens e Imprensa**. Pelotas: UFPel, 2012. Tese de doutorado.
- NAGLE, Jorge. **Sociedade e Educação na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001
- SAVIANI, Demerval. **O Legado Educacional do “Longo Século XX” Brasileiro**. In: SAVIANI, Demerval. **O Legado Educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p.9 a 58.
- _____. **O Legado Educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p.9 a 58.
- _____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2.ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz. Na magia do click: fotografia como engenho e arte, produto e produção da história do país. In: KOSSOY, Boris; SCHWARCZ, Lilia. **Um olhar sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p.10-21.
- SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de Civilização: Um Estudo sobre a Implantação dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo**. São Paulo: USP, 1996.
- STEPHANOU, M. **Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira**. In: STEPHANOU, M. & BASTOS, M.H.C. (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, Vol. III: século XX. Petrópolis: Vozes: 2005, p. 142-164.

TAMBARA, Elomar. **Positivismo e Educação: A Educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 1995

VEIGA, Cynthia Greive. **Cidade e Educação, modernidade e modernismo**. In: SOUZA, Cynthia Pereira; CATANI, Denice Barbara (Orgs.). *Práticas Educativas Culturas Escolares Profissão Docente*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

Documentos:

Fotografias do Relatório Intendencial de 1915

Regulamento das Escolas Municipais. Bagé: Typographia da Casa Maciel, 1925.

Relatório do Inspetor Escolar de 1928

Relatório Intendencial de Carlos Cavalcanti Mangabeira apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1927. Bagé: Typografia Casa Maciel, 1927.

Relatório Intendencial de Carlos Cavalcanti Mangabeira apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1928. Bagé: Typografia Casa Maciel, 1928.0



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 03/04/2022
Aprovado em: 08/08/2022